

Relação entre Transtornos Mentais Comuns e Características Docentes da Educação Básica

Lidiany Freire da Silva¹, Agostinha Mafalda Barra de Oliveira²,
Antonio Edson Oliveira Honorato³, Alexandre José de Oliveira⁴

¹ <https://orcid.org/0000-0001-5427-9957> / Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC), Brasil

² <https://orcid.org/0000-0002-6055-1758> / Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Brasil

³ <https://orcid.org/0000-0002-2521-8941> / Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

⁴ <https://orcid.org/0009-0006-0284-2633> / Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Brasil

Resumo

A prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) em docentes é considerada alta. O objetivo desse estudo é avaliar a relação entre TMC e características sociodemográficas e ocupacionais desses profissionais. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com levantamento, de corte transversal e abordagem quantitativa, realizada com 273 docentes da rede estadual da educação básica do Rio Grande do Norte (RN), que responderam ao Questionário Sociodemográfico e Ocupacional (QSDO) e ao *Self-Reporting Questionnaire-20* (SRQ-20). Os resultados indicam uma associação estatisticamente significativa entre TMC e as variáveis sexo e vínculo empregatício com o Estado. Não se identificou relação com significância estatística entre TMC e as variáveis geração, situação conjugal, quantidade de turno de trabalho e tempo de docência. Espera-se que os resultados deste estudo colaborem para o entendimento da dinâmica temporal da saúde mental na docência, bem como de sua associação com variáveis sociodemográficas e ocupacionais.

Palavras-chave: transtornos mentais comuns, docentes, educação básica.

Relationship Between Common Mental Disorders and Teaching Characteristics of Basic Education

Abstract

The indication of common mental disorders (CMD) in teachers has been worrying. Its prevalence may be related to its characteristics. Based on the above, the objective of this study is to evaluate the relationship between CMD and sociodemographic and occupational characteristics of these professionals. This is a descriptive survey, with a cross-sectional survey and quantitative approach, conducted with 273 teachers from the state network of basic education in Rio Grande do Norte (RN), who answered the Sociodemographic and Occupational Questionnaire (QSDO) and the Self-Reporting Questionnaire-20 (SRQ-20). The results of the Chi-Square tests indicate a significant association of the variables sex and employment with the State, but not with the variables generation, marital status, number of work shifts, or teaching time. It is hoped that the results of this study will contribute to the understanding of the temporal dynamics of mental health in teaching, as well as its association with sociodemographic and occupational variables.

Keywords: common mental disorders, teachers, basic education.

Relación Entre los Trastornos Mentales Comunes y las Características Docentes de la Educación Básica

Resumen

La prevalencia de trastornos mentales comunes (TMC) en docentes ha sido considerada alta. El objetivo de ese estudio es evaluar la relación entre TMC y las características sociodemográficas y ocupacionales de estos profesionales. Se trata de una investigación descriptiva, con enfoque de encuesta, transversal y cuantitativa, realizada con 273 docentes de la red estatal de educación básica en Rio Grande do Norte (RN), que respondieron el Cuestionario Sociodemográfico y Ocupacional (QSDO) y el *Self-Reporting Questionnaire-20* (SRQ-20). Los resultados indican una asociación estadísticamente significativa entre TMC y las variables sexo y relación laboral con el Estado. No ha sido identificada relación con significancia estadística entre TMC y las variables generación, estado civil, número de jornadas laborales y tiempo de docencia. Se espera que los resultados de este estudio contribuyan a la comprensión de la dinámica temporal de la salud mental en la docencia, así como su asociación con variables sociodemográficas y ocupacionales.

Palabras clave: trastornos mentales comunes, docentes, educación básica.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) (Instituto Butantan, 2022). Devido aos problemas sociais e econômicos vivenciados nesse período, estudos sobre os impactos da pandemia mostraram que houve um aumento do sofrimento psíquico (Ćosić et al., 2020). Alguns fatores têm gerado um aumento no indicativo dos chamados *Transtornos Mentais Comuns* (TMC) como, p. ex.: medo da infecção pelo vírus, morte de familiares e amigos, necessidade de distanciamento social, exposição constante a notícias relacionadas à doença e o sentimento de insegurança e incapacidade (Cruz et al., 2020). Os TMC são descritos como *perturbações mentais que se manifestam por alterações do pensamento e do humor e comportamentos associados com angústia e/ou deterioração do funcionamento psíquico, que acometem indivíduos de todos gêneros e idade e causam sofrimento em seus familiares e comunidade em geral* (Carlotto et al., 2019; Habtamu et al., 2022; Neme & Limongi, 2019).

Nesse sentido, com base em um estudo realizado na Espanha, com 1519 participantes, entre 16 de março e 29 de abril de 2020, observou-se um aumento dos indicativos de ansiedade, depressão e insônia, no período de *lockdown* (Antino et al., 2022). Outros dados indicaram que houve um aumento e um agravamento dos casos de TMC na população em geral (Oliveira et al., 2021; Santos Júnior et al., 2021). Portanto, depreende-se que a pandemia da COVID-19 vem se revelando um grande problema para a saúde mental em nível global, criando a necessidade de um alerta e um olhar especial para a questão (Vasconcelos et al., 2020).

Torna-se importante salientar que a preocupação com o indicativo de TMC no âmbito das organizações de trabalho já era anterior a esse período (Gomes, 2022). Nesse sentido, estudos evidenciaram que a categoria docente está entre as profissões que mais adoecem (T. C. Campos et al., 2020ab; Pinho et al., 2018; Simões & Cardoso, 2022).

No Brasil, alguns estudos sobre a temática, realizados antes da pandemia, revelaram um indicativo de TMC preocupante em docentes da rede municipal de Uberlândia, MG (Machado, 2017), de Cuiabá, MT (Santos, Espinosa, Marcon, Reiners et al., 2020) e de Bauru, SP (Carraro, 2015). Indicadores semelhantes foram identificados em docentes da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, BA (Delcor et al., 2004), em docentes do ensino fundamental de Porto Alegre, RS (Carlotto & Câmara, 2015) e em docentes pantaneiros de Aquidauana, MS (Bueno, 2016). Fatores como organização do trabalho, relações socioprofissionais negativas, baixa realização profissional e esgotamento emocional são considerados como preditores de TMC (Brun et al., 2021; Pinho et al., 2021; Simões & Cardoso, 2022).

Durante a pandemia, esses profissionais que antes realizavam parte de suas atividades laborais, em geral, nas próprias instituições de ensino, tiveram que levar a totalidade desse trabalho até suas casas e transmitir seus conhecimentos aos alunos de forma virtual (Gonçalves et al., 2015; Lima et al., 2020; Pinho et al., 2021; Rondini et al., 2020). Assim, sem tempo suficiente para preparo, situações que já eram desgastantes para essa categoria profissional foram agravadas, advindas de fatores como a contínua desvalorização profissional, a falta de recursos destinados à educação, o excesso de burocracia, a falta de preparo para utilizar recursos tecnológicos, o desinteresse dos alunos e a falta de apoio dos pais (Gonçalves et al., 2015; Lima et al., 2020; Melo et al., 2020; Xiao & Li, 2020). Além desses fatores, a relação entre trabalho e transtornos mentais é mediada pelas dimensões biopsicossociais que caracterizam e são vivenciadas pelo trabalhador (Gomes, 2022).

Dessa forma, faz-se necessário investigar os possíveis fatores que afetam a subjetividade do trabalho e contribuem para o seu adoecimento por transtornos mentais (Dejours et al., 1994; Pinho et al., 2021). Com isso em mente, estudiosos evidenciaram que características sociodemográficas e ocupacionais estão associadas com a prevalência de TMC em docentes (Carlotto & Câmara, 2015; Machado & Limongi, 2020; Santos et al., 2020). Isso significa que, apesar do momento pandêmico ser propício para o surgimento ou agravamento de TMC, o que pode determinar ou moderar a sua prevalência são as características sociodemográficas e ocupacionais desses profissionais (Gomes, 2022).

Pelo exposto, objetiva-se, com esse estudo, avaliar a relação entre TMC e características sociodemográficas e ocupacionais dos docentes da rede estadual da educação básica do Rio Grande do Norte (RN). Espera-se que os resultados deste estudo colaborem para o entendimento da dinâmica temporal da saúde mental dos docentes da rede estadual da educação básica do RN, durante o momento pandêmico da COVID-19, bem como sua associação com variáveis sociodemográficas e ocupacionais. Espera-se que esse estudo contribua com informações que auxiliem as instituições de ensino no Estado do RN na criação de estratégias que promovam o bem-estar e a saúde mental de seus docentes. Ainda, espera-se contribuição com a literatura sobre o tema para uma melhor compreensão da prevalência de TMC entre os docentes não só do Estado do RN, mas também do país.

Características Sociodemográficas e Transtornos Mentais Comuns (TMC)

Após levantamento bibliográfico, foram identificadas três características sociodemográficas relacionadas com TMC. São elas: sexo, geração e situação conjugal. Resultados de estudos teóricos e empíricos respaldam hipóteses para cada uma dessas características.

Sexo e TMC

Pesquisadores chamaram atenção para a naturalização das diferenças de sexo em relação a saúde mental dos trabalhadores (Otten et al., 2021; Pinho et al., 2018; Salvaro & Mariano, 2021). Evidências empíricas mostraram diferenças de sexo e gênero no que diz respeito ao nível de adoecimento psíquico (Otten et al., 2021; Torkelson & Muhonen, 2003) em diferentes contextos laborais e geográficos, com uma prevalência maior entre as mulheres (F. M. Campos et al., 2020; Habtamu et al., 2022; Rocha et al., 2018; Salvaro & Mariano, 2021). Essa diferença também foi encontrada em estudos realizados com a categoria docente, independentemente do nível de ensino (Pinho et al., 2021), seja no ensino superior (Pinho et al., 2018) ou no ensino fundamental (Machado & Limongi, 2020; Santos, Espinosa & Marcon, 2020).

A prevalência de adoecimento psíquico entre as mulheres ainda vem sendo explicada pela desigualdade na produção da divisão sexual laboral que exige das mulheres múltiplas jornadas de trabalho (Salvaro & Mariano, 2021). Na pandemia, com o trabalho docente de forma remota, executado na maioria das vezes dentro do próprio lar, as responsabilidades com os afazeres familiares e domésticos evidenciou essa desigualdade e sobrecarga sobre as mulheres (Pinho et al., 2021).

Com base nas evidências empíricas apresentadas estabelece-se como *Hipótese (H1)* que *docentes da rede estadual da educação básica do RN do sexo feminino apresentam uma maior prevalência de TMC*.

Geração e TMC

Diante do envelhecimento da força de trabalho, os gestores das organizações de trabalho enfrentam o desafio de lidar com diferentes idade e gerações (Goecke & Kunze, 2020). Evidências indicaram que há diferenças quanto a idade dos trabalhadores em relação a propensão ao adoecimento psíquico (Johnson et al., 2013; Zaniboni et al., 2013). De forma mais específica, dados de um estudo realizado com professores do ensino fundamental em Porto Alegre, apontaram que a prevalência de TMC foi maior entre os mais jovens (Carlotto & Câmara, 2015).

Essas diferenças dizem respeito aos grupos geracionais. Por terem nascido e crescido em períodos temporais específicos e vivenciado eventos históricos, políticos e sociais em comum, os indivíduos de cada geração apresentam um modo de pensar, sentir e agir similar (Abreu-Cruz et al., 2019; Krampe et al., 2018; Novaes, 2018). Ainda que haja divergências quanto às datas que delimitam cada geração (Abreu-Cruz et al., 2019; Krampe et al., 2018) e quanto ao intervalo de tempo de uma geração para outra (Novaes, 2018), existe um consenso em relação as características dos membros pertencentes a cada grupo geracional (Abreu-Cruz et al., 2019; Krampe et al., 2018).

Atualmente, nas organizações convivem quatro gerações: (1) *baby boomers*, (2) geração X, (3) geração Y e (4) geração Z, sendo as três primeiras mais ativas e presentes no mercado de trabalho (Coelho Neto, 2022; Krampe et al., 2018; Lirio et al., 2020). Portanto, serão as três gerações consideradas para efeito desse estudo.

A geração *baby boomers* refere-se aos indivíduos nascidos entre nos anos de 1945 e 1964 (Heyns & Kerr, 2018), "filhos" da pós Segunda Guerra Mundial, Eles apresentam como principais características a capacidade de trabalhar em equipe, a obediência e a lealdade para com a organização em que trabalham. Essa geração valoriza o status e a ascensão profissional (Coelho Neto, 2022; Novaes, 2018). Por isso, os nascidos nesse período são conhecidos por serem otimistas, idealistas, disciplinados e dedicados ao trabalho (Krampe et al., 2018). Além disso, suportam trabalhar sob pressão mais do que as gerações mais novas (Abreu-Cruz et al., 2019).

Enquanto a geração X, diz respeito aos indivíduos nascidos entre os anos de 1965 e 1981 (Heyns & Kerr, 2018). Essa geração valoriza a independência financeira e pessoal (Abreu-Cruz et al., 2019; Novaes, 2018), se adapta facilmente às mudanças e consegue realizar diversas funções (Novaes, 2018). Devido à insegurança do emprego formal, desenvolveram a empregabilidade, buscam maiores salários e equilíbrio entre vida pessoal e profissional; por isso, são menos leais às organizações (Abreu-Cruz et al., 2019; Krampe et al., 2018; Novaes, 2018). Os chamados filhos dos *babies boomers* vivenciaram a chegada dos computadores pessoais e da internet (Krampe et al., 2018).

Por fim, a geração Y, também conhecida como *millenials*, diz respeito aos indivíduos nascidos entre os anos de 1982 e 2000 (Heyns & Kerr, 2018) Os *millenials* já nasceram em contato com as tecnologias de informação e são multifuncionais (Abreu-Cruz et al., 2019; Coelho Neto, 2022; Krampe et al., 2018; Novaes, 2018). Os indivíduos dessa geração foram criados por babás ou em creches; por isso, são mais individualistas,

autônomos e priorizam o lado pessoal em detrimento das questões de trabalho (Abreu-Cruz et al., 2019; Coelho Neto, 2022; Novaes, 2018). Em adição, são mais imediatistas e instáveis, com expectativas de ascensão profissional em curto prazo (Abreu-Cruz et al., 2019; Coelho Neto, 2022).

Tendo em vista as diferenças entre gerações apresentadas e as evidências de que a propensão ao adoecimento é maior entre os trabalhadores mais jovens, estabelece-se como *Hipótese (H2)* que: *docentes da rede estadual da educação básica do RN que fazem parte da geração Y apresentam uma maior prevalência de TMC*.

Situação Conjugal e TMC

A situação conjugal, ou ainda o estado civil, de um indivíduo pode prever a incidência de TMC (Agarwal et al., 2020; Habtamu et al., 2022; Rocha et al., 2018). Dados de estudos demonstraram que pessoas; sejam mulheres ou homens; separadas, divorciadas e/ou viúvas (Agarwal et al., 2020; Bezerra et al., 2021; Habtamu et al., 2022) ou mesmo solteiras (Bezerra et al., 2021) foram significativamente associadas com a presença de TMC.

Um companheiro ou uma companheira oferece suporte social, minimiza o estresse cotidiano, e compartilha as responsabilidades e atividades do dia a dia (Bezerra et al., 2021; Vaingankar et al., 2020). Em contrapartida, a ausência de um cônjuge pode levar à solidão e ao sofrimento psíquico. Portanto, o casamento ou união estável podem reduzir o risco de TMC entre homens e mulheres (De Vaus, 2002; Vaingankar et al., 2020).

No entanto, em um estudo realizado com professores não foi encontrada uma diferença significativa em relação a prevalência de TMC entre aqueles com cônjuge e sem cônjuge (Carlotto & Câmara, 2015). Acredita-se que esse resultado seria diferente em um cenário pandêmico, como o deste estudo.

Pelo exposto, tem-se como *Hipótese (H3)* que: *docentes da rede estadual da educação básica do RN que não são casados ou não vivem em uma união estável apresentam uma maior prevalência de TMC*.

Características Ocupacionais e TMC

Nos estudos empíricos realizados com docentes, destacaram-se, três características ocupacionais; são elas: quantidade de turnos de trabalho, tempo de docência, e tipo de vínculo com o Estado, que podem estar associadas com a prevalência de TMC. Hipóteses para cada uma dessas características são fundamentadas com os resultados desses estudos.

Tipo de Vínculo com o Estado e TMC

O vínculo empregatício também merece atenção como preditor de TMC. Dados de um estudo realizado com trabalhadores na Bahia mostraram uma associação significativa entre TMC e mulheres com vínculo empregatício. As mulheres não concursadas, ou com vínculo temporário, apresentaram 37% menos TMC do que as mulheres concursadas, ou com vínculo efetivo (Rocha et al., 2018).

Tendo em vista que os docentes com vínculo efetivo estão em melhores condições do que os docentes com vínculo temporário, posto que possuem acesso à progressão de cargos e salários, além da estabilidade (Andrade & Falcão, 2018; Machado, 2017), esse resultado causa estranheza ao se

considerar esse público específico. No entanto, apesar desses aspectos positivos, o vínculo efetivo pode trazer também consequências negativas, como acomodação e estagnação profissional, e por conseguinte, falta de perspectiva e de satisfação com o labor realizado (Machado, 2017).

Ademais, resultados de estudos realizados com professores do ensino fundamental de escolas públicas, também indicaram o vínculo efetivo de trabalho como um fator de risco, que contribui para a prevalência de TMC (Machado & Limongi, 2020; Santos, Espinosa, & Marcon, 2020).

Com base nesses achados, constitui-se como *Hipótese (H4)* que: *docentes que possuem vínculo efetivo com a rede estadual da educação básica do RN apresentam uma maior prevalência de TMC.*

Quantidade de Turnos de Trabalho e TMC

Dados de dois estudos realizados com professores do ensino fundamental de Porto Alegre (RS) (Carlotto & Câmara, 2015) e de Cuiabá (MT) evidenciaram que a sobrecarga referente à carga horária semanal de trabalho está associada com a prevalência de TMC (Santos, Espinosa, & Marcon, 2020). De forma mais específica, os resultados de outro estudo, também com professores do ensino fundamental, realizado em Uberlândia, MG, apontaram que a lotação em dois turnos ou mais pode ser um fator de risco associado ao desenvolvimento de TMC (Machado & Limongi, 2020).

A dupla ou tripla jornada de trabalho implica em mais atividades extraclasse e burocráticas, mais desgaste físico e emocional e menos tempo para o descanso/lazer (Carraro, 2015). Nesse sentido, uma carga horária semanal que requer mais de um turno diário de trabalho afeta significativamente a percepção de qualidade de vida docente, principalmente no que diz respeito aos domínios físicos e às relações sociais (Santos, Espinosa, & Marcon, 2020).

Com isso em mente, estabelece-se como *Hipótese (H5)* que: *docentes da rede estadual da educação básica do RN que trabalham em mais de um turno apresentam uma maior prevalência de TMC.*

Tempo de Docência e TMC

Estudiosos também avaliaram a relação entre transtornos mentais e tempo de docência, ainda que tenham encontrado resultados diferentes. Em uma das pesquisas, não se observou associação significativa entre TMC nem com o tempo de experiência profissional e nem com o tempo de trabalho na escola atual (Carlotto & Câmara, 2015). Em contraponto, em outra pesquisa, verificou-se que os professores com mais tempo de serviço na educação apresentam níveis mais baixos de esgotamento emocional do que seus colegas com menos tempo (Simões & Cardoso, 2022).

Os achados dessa última pesquisa surpreenderam aos seus autores, que buscaram explicações para tal. A primeira diz respeito ao fato de que docentes que já estão prestes ou já tem tempo para se aposentar não se envolvem tanto profissionalmente quanto seus colegas com menos tempo de carreira; como consequência, não se desgastam tanto com os aspectos laborais. Em adição, por estarem em final de carreira, supõe-se que estejam em condições economicamente mais favoráveis (Simões & Cardoso, 2022).

Devido ao acúmulo de experiência e prática profissional, esses docentes têm uma atitude mais positiva em relação ao seu trabalho quando comparados a seus pares com menos tempo

de labor (Andrade & Falcão, 2018). Além disso, docentes com mais tempo de serviço mostram-se mais resilientes, são mais resistentes aos fatores de risco ao adoecimento psíquico inerentes à profissão. Tais docentes podem ser chamados de sobreviventes, por permanecerem em seus cargos, mesmo diante das adversidades, o que não acontece com outros que não aparecem nos dados (Simões & Cardoso, 2022).

Por fim, devido à senioridade, docentes com mais tempo de serviço têm preferências na escolha do local e das condições de trabalho. Essas preferências possibilitam, que o contexto de trabalho de docentes mais antigos seja menos danoso para sua saúde física e mental (Simões & Cardoso, 2022).

Tendo em vistas os argumentos expostos, estabelece-se como *Hipótese (H6)* que: *docentes da rede estadual da educação básica do RN com menos tempo de serviço apresentam uma maior prevalência de TMC.*

Método

Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, com levantamento (*survey*) de corte transversal e abordagem quantitativa (Prodanov & Freitas, 2013; Sampieri et al., 2013).

Participantes

A população em estudo é composta por 12.855 docentes de escolas públicas e da educação básica da rede estadual do RN, que estavam ocupando o cargo de docente no ano de 2020 (Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte, 2021) distribuídos em quase 600 escolas que fazem parte das 16 Diretorias Regionais de Educação e Cultura (DIRECs) que o Estado possui. Após exclusão dos instrumentos preenchidos por docentes inativos e não atuantes em sala de aula no ano letivo vigente, obteve-se um total de 273 instrumentos válidos para análise. Com base no cálculo amostral, uma margem de erro de 6% e um nível de confiança de 95% esse número é considerado representativo para a população deste estudo (Richardson, 2017).

Instrumentos

Para alcançar os objetivos propostos nesse estudo, utilizou-se de dois instrumentos de pesquisa: o Questionário Sociodemográfico e Ocupacional (QSDO) e o *Self-Reporting Questionnaire-20* (SRQ-20). O QSDO, com seis questões, foi elaborado pelos autores com o objetivo de identificar: o sexo (feminino ou masculino), a idade (anos completos), o estado civil (casado(a), em união estável, solteiro(a), separada ou divorciada, ou viúvo(a)), os turnos que leciona (matutino, vespertino e/ou noturno), o tipo de vínculo (efetivo ou temporário) e o tempo de docência (em anos completos) dos participantes da pesquisa. Por sua vez, o SRQ-20, com o objetivo de mensurar o nível de indicativo de TMC em docentes da educação básica da rede estadual do RN, foi elaborado por Harding et al. (1980), e validado para uso no Brasil por Mari e Williams (1986). Esse instrumento possui 20 questões dicotômicas (sim ou não), que investiga as alterações físicas e psicoemocionais sentidas pelo respondente nos últimos 30 dias.

Procedimentos de Coleta de Dados e Cuidados Éticos

Os instrumentos e o TCLE foram disponibilizados na plataforma Google Forms e os dados foram coletados entre os meses de março e abril de 2021. O link dos instrumentos foi

enviado via e-mails para as escolas estaduais – disponibilizados pelas DIRECs do RN – bem como para os grupos de professores do Estado do RN presentes nas redes sociais WhatsApp, Facebook e Instagram.

Importante salientar que os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo foram pautados com os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos. Pelo exposto, além dos instrumentos apresentados, para atender a Resolução nº 510/16 (Brasil, 2016), os participantes tiveram que ler e assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Conforme orienta a referida resolução: “Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: (I) – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados.” Atendendo a essa orientação, os respondentes participaram de forma voluntária e anônima, sem necessidade de identificação, por meio de questionário eletrônico no qual puderam expressar livremente suas opiniões.

Procedimentos de Análise de Dados

Após a aplicação dos questionários, os dados foram analisados no *software* estatístico IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 27. Para avaliar a relação entre TMC e características sociodemográficas e ocupacionais dos docentes da rede estadual da educação básica do Rio Grande do Norte (RN), foram realizados testes Qui-Quadrado (χ^2) de independência de Pearson entre duas variáveis categóricas (Dancey & Reidy, 2019).

Com o intuito de testar as hipóteses deste estudo e atender as condições para realização de um teste Qui-Quadrado os dados foram agrupados da seguinte forma: (a) a variável sexo manteve-se como estava (“masculino” e “feminino”), (b) a variável idade foi agrupada com base na geração comportamental – considerando os anos completos em 2021: “geração *baby boomers*” entre 57 e 76 anos; “geração X”, entre 40 e 56 anos; e, “geração Y”, entre 21 e 39 anos (Heyns & Kerr, 2018), (c) a variável estado civil foi reagrupada com base na situação conjugal (casado(a) e em união estável: “com companheiro(a)” e solteiro(a), separado(a), divorciado(a) e viúvo(a): “sem companheiro(a)”), (d) a variável turnos que leciona foi reclassificada pela quantidade de turnos que leciona (“um” e “mais de um”), (e) a variável tipo de vínculo permaneceu como estava (“efetivo” e “temporário”), e (f) a variável tempo de docência foi agrupada em dois períodos (“até 10 anos” e “acima de 10 anos”).

Para mensurar o indicativo de TMC, foram analisados os dados obtidos no SRQ-20. Para cada resposta positiva (sim) era somado o valor de um ponto para compor o escore final que varia de 0 a 20, e indica a probabilidade de indicativo da

presença de TMC (Bueno, 2016). O ponto de corte utilizado para detectar o indicativo de TMC foi de oito ou mais (≥ 8) respostas positivas (Carlotto et al., 2015). Ou seja, aqueles que marcaram oito ou mais sintomas como “sim”, receberam o diagnóstico de TMC.

Resultados

Sob uma perspectiva geral, constata-se que 56,8% dos docentes da educação básica da rede estadual do RN receberam o diagnóstico de TMC. Ou seja, dos 273 docentes que fizeram parte da amostra, 155 apresentaram um indicativo de TMC.

De forma mais específica, os resultados dos testes do Qui-Quadrado das características sociodemográficas dos docentes da educação básica da rede estadual do RN com a prevalência de TMC (Tabela 1) indicam que essa variável apresenta uma associação significativa com a variável “sexo” ($\chi^2 = 6,582$, $p = 0,010$). De forma contrária, evidenciam que a prevalência de TMC nessa amostra não é influenciada pelas variáveis “geração” ($\chi^2 = 0,671$, $p = 0,413$) e “situação conjugal” ($\chi^2 = 0,522$, $p = 0,470$).

A proporção de docentes do sexo feminino com TMC (61,9%) em relação a proporção de docentes do sexo masculino com TMC (45,2%), sugere que a variável “sexo” influencia significativamente a prevalência de TMC. Baseado no risco relativo, as mulheres tiveram 1,967 mais chances de receber o diagnóstico de TMC do que os homens. Tal resultado confirma a primeira hipótese (H1) deste estudo, de que docentes da rede estadual da educação básica do RN do sexo feminino apresentam uma maior prevalência de TMC.

Em contraponto, os dados apresentados na Tabela 1 não confirmam a segunda hipótese (H2) de que docentes da rede estadual da educação básica do RN que fazem parte da geração Y apresentam uma maior prevalência de TMC; nem a terceira hipótese (H3) de que docentes da rede estadual da educação básica do RN que não são casados ou não vivem em uma união estável apresentam uma maior prevalência de TMC.

Por sua vez, os resultados dos testes do Qui-Quadrado das características ocupacionais dos docentes da educação básica da rede estadual do RN com a prevalência de TMC (Tabela 2), mostram que a variável “vínculo empregatício com o Estado” influencia significativamente no diagnóstico de TMC ($\chi^2 = 16,737$, $p = 0,001$). Por outro lado, as variáveis “quantidade de turno de trabalho” ($\chi^2 = 0,982$, $p = 0,322$) e “tempo de docência” ($\chi^2 = 0,543$, $p = 0,461$) não estão associadas com a prevalência de TMC.

A proporção de docentes com TMC com vínculo efetivo (60,3%) é bem maior que a proporção de docentes com vínculo temporário (14,3%). Isso significa que, com base no risco

Tabela 1

Características sociodemográficas dos docentes da educação básica da rede estadual do RN com TMC (n = 155) e sem TMC (n = 118)

Variável		TMC		χ^2	p	Risco Relativo		
		Sem	Com			Valor	Inf.	Sup.
		n (%)	n (%)					
Sexo	Mulheres	72 (38,1)	117 (61,9)	6,582	0,010	1,967	1,169	3,310
	Homens	46 (54,8)	38 (45,2)					
Geração	Geração y	55 (40,7)	80 (59,3)	0,671	0,413	1,222	0,756	1,974
	<i>Baby Boomers</i> e Geração x	63 (45,7)	75 (54,3)					
Situação conjugal	Sem companheiro	43 (46,2)	50 (53,8)	0,522	0,470	0,831	0,502	1,375
	Com companheiro	75 (41,7)	105 (58,3)					

Nota. Fonte: Dados do estudo (2021). TMC = Transtornos Mentais Comuns.

Tabela 2*Características ocupacionais dos docentes da educação básica da rede estadual do RN com TMC (n = 155) e sem TMC (n = 118)*

Variável		TMC		χ^2	p	Risco Relativo		
		Sem	Com			Valor	Inf.	Sup.
		n (%)	n (%)					
Vínculo empregatício com o Estado	Efetivo	100 (39,7)	152 (60,3)	16,737	0,001	9,120	2,618	31,769
	Homens	46 (54,8)	38 (45,2)					
Quantidade de turno de trabalho	Mais de um turno	86 (41,5)	121 (58,5)	0,982	0,322	1,324	0,759	2,310
	Um turno	32 (48,5)	34 (51,5)					
Situação conjugal	Sem companheiro	43 (46,2)	50 (53,8)	0,543	0,461	1,230	0,709	2,134
	Com companheiro	75 (41,7)	105 (58,3)					

Nota. Fonte: Dados do estudo (2021). TMC = Transtornos Mentais Comuns.

relativo, docentes com vínculo efetivo têm 16,737 mais chances de receber o diagnóstico de TMC do que docentes com vínculo temporário. Esse resultado confirma a quarta hipótese (H4) deste estudo, de que docentes que possuem vínculo efetivo com a rede estadual da educação básica do RN apresentam uma maior prevalência de TMC.

De forma contrária, os dados da Tabela 2 não indicaram uma associação significativa das variáveis “quantidade de turno de trabalho” e “tempo de docência” com a prevalência de TMC. Esses dados refutam a quinta hipótese (H5) de que docentes da rede estadual da educação básica do RN que trabalham em mais de um turno apresentam uma maior prevalência de TMC; e a sexta hipótese (H6) de que docentes da rede estadual da educação básica do RN com menos tempo de serviço apresentam uma maior prevalência de TMC.

Em síntese das seis hipóteses testadas neste estudo, duas foram confirmadas, conforme pode ser observado no quadro resumo (Tabela 3). Isso significa que a prevalência de TMC desses docentes pode ser explicada pela variável sociodemográfica “sexo” e pela variável ocupacional “vínculo empregatício com o Estado”; contudo, não pode ser explicada pelas variáveis “geração”, “situação conjugal”, “quantidade de turno de trabalho” e “tempo de docência”.

Discussão

O percentual de docentes com indicativo de TMC (56,8%) encontrado neste estudo sinaliza a urgência por uma maior atenção, intervenção e acompanhamento em relação à saúde mental desses profissionais. É importante destacar este percentual é superior aos verificados em outros estudos envolvendo docentes, tais como os da rede municipal de Cuiabá (29,8%) (Santos, Espinosa, Marcon, Reiners et al., 2020), Uberlândia, MG (43,9%) (Machado, 2017) e Bauru, SP (36,0%) (Carraro, 2015); da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, BA (41,5%) (Delcor et al., 2004), do ensino

fundamental de Porto Alegre, RS (29,7%) e de Aquidauana, MS (15,4%). Tal fato pode ser explicado pelo momento em que a coleta de dados foi realizada (março/abril de 2021), no qual os docentes estavam em ensino remoto, final de ano letivo e ainda em período pandêmico (Brun et al., 2021; Pinho et al., 2021; Simões & Cardoso, 2022).

Ainda, os achados deste estudo confirmam as hipóteses de que a prevalência de TMC dos docentes da rede estadual da educação básica do RN pode ser explicada pela variável sociodemográfica “sexo” e pela variável ocupacional “vínculo empregatício com o Estado”. Contudo, não confirmam as hipóteses de a prevalência de TMC desses docentes pode ser explicada pelas variáveis “geração”, “situação conjugal”, “quantidade de turno de trabalho” e “tempo de docência”.

A evidência de uma maior prevalência de TMC entre as docentes mulheres também foi verificada em outros estudos (Machado & Limongi, 2020; Pinho et al., 2018; Pinho et al., 2021; Santos, Espinosa & Marcon, 2020). Esses resultados, de forma conjunta, chamam a atenção para uma questão social, que não pode mais ser negligenciada, referente a desigualdade na divisão de tarefas, principalmente as domésticas, que sobrecarregam e exigem das mulheres múltiplas jornadas de trabalho (Otten et al., 2021; Pinho et al., 2021; Pinho et al., 2018; Salvaro & Mariano, 2021). Ademais, apontam para a necessidade de se considerar as especificidades de gênero na elaboração de políticas públicas que visem à promoção da saúde mental dos docentes.

Em contraponto, a não associação significativa da prevalência de TMC com a variável “geração” contraria os resultados de outros estudos (Carlotto & Câmara, 2015; Johnson et al., 2013; Zaniboni et al., 2013). Da mesma forma, ainda que estudiosos tenham sugerido que a “situação conjugal” pode prever a incidência de TMC (Agarwal et al., 2020; Bezerra et al., 2021; Habtamu et al., 2022; Rocha et al., 2018; Vaingankar et al., 2020), os dados deste estudo não confirmam que docentes da rede estadual da educação básica do RN que não são casados

Tabela 3*Resumo dos status das hipóteses testadas neste estudo*

Hipótese	Status
H1: Docentes da rede estadual da educação básica do RN do sexo feminino apresentam uma maior prevalência de TMC	Confirmada
H2: Docentes da rede estadual da educação básica do RN que fazem parte da geração Y apresentam uma maior prevalência de TMC.	Refutada
H3: Docentes da rede estadual da educação básica do RN que não são casados ou não vivem em uma união estável apresentam uma maior prevalência de TMC.	Refutada
H4: Docentes que possuem vínculo efetivo com a rede estadual da educação básica do RN apresentam uma maior prevalência de TMC.	Confirmada
H5: Docentes da rede estadual da educação básica do RN que trabalham em mais de um turno apresentam uma maior prevalência de TMC.	Refutada
H6: Docentes da rede estadual da educação básica do RN com menos tempo de serviço apresentam uma maior prevalência de TMC.	Refutada

Nota. Fonte: Dados do estudo (2021). TMC = Transtornos Mentais Comuns.

ou não vivem em uma união estável apresentam uma maior prevalência de TMC. No entanto, corroboram os achados de um estudo realizado especificamente com professores (Carlotto & Câmara, 2015).

Os achados desse estudo também indicam que os docentes com vínculo efetivo têm mais chances de receber o diagnóstico de TMC do que docentes com vínculo temporário. Esse resultado confirma os encontrados em outros estudos com esse mesmo grupo ocupacional (Machado & Limongi, 2020; Santos, Espinosa & Marcon, 2020). Além disso, evidenciam a importância de o Estado adotar políticas e práticas que promovam a motivação de seus docentes, oferecendo oportunidades de crescimento, valorização e reconhecimento pelo trabalho realizado (Machado, 2017).

Já o resultado referente a “quantidade de turno de trabalho” contradiz o que foi evidenciado em outros estudos realizados com professores do ensino fundamental (Carlotto & Câmara, 2015; Machado & Limongi, 2020; Santos, Espinosa & Marcon, 2020). Por fim, os resultados apresentados em relação ao “tempo de docência” confirmam o que foi identificado em um estudo (Carlotto & Câmara, 2015), e se contrapõem ao encontrado em outro (Simões & Cardoso, 2022).

Embora as variáveis “quantidade de turno de trabalho” e “tempo de docência” não tenham apresentado associação significativa com a prevalência de TMC, não significa que outros fatores podem estar relacionados com a ocorrência desses transtornos entre os docentes. O excesso de trabalho e a sobrecarga emocional decorrente do exercício da profissão, aliados a questões relacionadas à falta de reconhecimento e remuneração adequada, podem ser fatores que contribuem para a prevalência de TMC entre os docentes (Carlotto & Câmara, 2015; Machado & Limongi, 2020; Santos, Espinosa & Marcon, 2020).

Em suma, a qualidade das relações socioprofissionais, a organização e as condições de trabalho desses docentes têm um impacto direto na saúde mental deles (Dejours et al., 1994). O entendimento sobre o contexto de trabalho desses profissionais pode ajudar na promoção e melhoria da sua saúde mental. Com isso em mente, estudos dessa natureza contribuem para um melhor entendimento das possíveis razões do adoecimento mental daqueles que exercem a docência (Gomes, 2022; Machado & Limongi, 2020).

Importante salientar ainda que o adoecimento mental na docência acarreta prejuízos, não só para essa categoria profissional, mas também para as instituições de ensino e para a sociedade como um todo. Pois, gera custos com o absenteísmo ou presenteísmo, rotatividade, licenças médicas, afastamentos e até com o abandono do trabalho; como também traz implicações nas relações interpessoais e na qualidade do ensino ofertado (T. C. Campos, Vêras, & Araújo, 2020ab; Machado & Limongi, 2020).

Nesse sentido, a alta incidência de TMC identificada nesse estudo traz um alerta e clama por políticas públicas de enfrentamento a saúde mental em momentos pandêmicos da população em geral, e pelo fornecimento de uma infraestrutura básica para a realização do ensino presencial e remoto; tanto para docentes quanto para discentes de escolas públicas (Barreto & Rocha, 2020; Melo et al., 2020; Pinho et al., 2021; Saraiva et al., 2020). De outra forma, os resultados desse estudo mostram a necessidade de ações organizacionais que possibilitem o engajamento e aumentem o nível de satisfação com o trabalho, não só dos docentes, mas daqueles que são também servidores públicos (Machado, 2017).

Referências

- Abreu-Cruz, L., Oliveira-Silva, L. C., & Werneck-Leite, C. D. S. (2019). As novas gerações não têm comprometimento? Diferenças no comprometimento organizacional ao longo dos grupos geracionais. *ReCaPe – Revista de Carreiras & Pessoas*, 9(2), 192-208. <https://doi.org/10.20503/recape.v9i2.38853>
- Agarwal, V., Jain, S., Garg, S. K., Singh G., & Mittal C. (2020). Common mental disorders and its socio-demographic correlates among women of reproductive age in urban and rural area of Meerut. *Indian Journal of Community Health*, 32(2), 359-364. <https://doi.org/10.47203/IJCH.2020.v32i02.011>
- Andrade, L. R. M., & Falcão, J. T. R. (2018). Trabalho docente no município de Natal: perfil e risco psicossocial. *Educação & Sociedade*, 39(144), 704-720. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018180935>
- Antino, M., Ruiz-Zorrilla, P., Sanz-Vergel, A. I., Leon-Perez, J. M., & Rodriguez-Munõz, A. R. (2022). The role of job insecurity and work-family conflict on mental health evolution during COVID-19 lockdown. *European Journal of Work and Organizational Psychology*. <https://doi.org/10.1080/1359432X.2022.2049251>
- Barreto, A. C. F., & Rocha, D. S. (2020). Covid-19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. *Revista Encantar: Educação, Cultura e Sociedade*, 2, 1-11. <https://doi.org/10.46375/encantar.v2.0010>
- Bezerra, H. S., Alves, R. M., Nunes, A. D. & Barbosa, I. R. (2021). Prevalence and associated factors of common mental disorders in women: a systematic review. *Public Health Reviews*, 42, 1604234. <https://doi.org/10.3389/phrs.2021.1604234>
- Brasil. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Brasília, Brasil: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44-46. <http://bit.ly/2fmmKeD>
- Brun, L. G., Monteiro, J. K., & Abs, D. (2021). Work and common mental disorders in private education teachers: theoretical model. *Paidéia*, 31(e3113). <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3113>
- Bueno, H. P. V. (2016). *Fatores de risco psicossociais em professores de escolas pantaneiras: relações com transtornos mentais comuns e estresse ocupacional* (Tese de Doutorado, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande). <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1018294-helen-final.pdf>
- Campos, F. M., Araújo, T. M., Viola, D. N., Oliveira, P. C. S., & Sousa, C. C. (2020). Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. *Cadernos Saúde Coletiva*, 28(4), 579-589. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040559>
- Campos, T. C., Vêras, R. M., & Araújo, T. M. (2020a). Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. *Revista Docência do Ensino Superior*, 10, 1-19. <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15193>
- Campos, T. C., Vêras, R. M., & Araújo, T. M. (2020b). Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 25(3), 745-768. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000300012>
- Carlotto, M. S., Barcinski, M., & Fonseca, R. (2015). Transtornos mentais comuns e associação com variáveis sociodemográficas e estressores ocupacionais: uma análise de gênero. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), 1006-1026. <https://doi.org/10.12957/ep.2015.19424>
- Carlotto, M. S., & Câmara, S. G. (2015). Prevalence and risk factors of common mental disorders among teachers. *Journal of Work and Organizational Psychology*, 31, 201-206. <https://doi.org/10.1016/j.rpto.2015.04.003>
- Carlotto, M. S., Câmara, S. G., Batista, J. V., & Schneider, G. A. (2019). Prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em professores. *Psi Unisc*, 3(1), 19-32. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i1.12464>
- Carraro, M. M. (2015). *Condições de trabalho e Transtornos Mentais Comuns em professores da rede básica municipal de ensino de Bauru – SP* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu). <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/131936/000850036.pdf?sequence=1>
- Coelho Neto, N. J. (2022). Geração Z e o mercado de trabalho: atração e retenção. *Brazilian Journal of Development*, 8(3), 20603-20612. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n3-322>
- Ćosić, K., Popović, S., Šarlija, M., & Kesedžić, I. (2020). Impact of human disasters and covid-19 pandemic on mental health: potential of digital psychiatry. *Psychiatria Danubina*, 32(1), 25-31. <https://doi.org/10.24869/psyd.2020.25>

- Cruz, R. M., Borges-Andrade, J. E., Moscon, D. C. B., Micheletto, M. R. D., Esteves, G. G. L., Barros-Delben, P., Queiroga, F., & Croce-Carlotto, P. A. (2020). Covid-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(2), 1-3. <https://doi.org/10.17652/rpot/2020.2.editorial>
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2019). *Estatística sem matemática para psicologia: [recurso eletrônico]* (7a ed.). Artned.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Atlas.
- Delcor, N. S., Araújo, T. M., Reis, E. J. F. B., Porto, L. A., Carvalho, F. M., Silva, M. O., Barbalho, L., & Andrade, J. M. (2004). Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(1), 187-196. <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2004000100035>
- De Vaus, D. A. (2002). Marriage and mental health. *Australian Institute of Family Studies, Family Matters*, 62, 26-32. <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/ielapa.746423288569872>
- Goecke, T., & Kunze, F. (2020). "How old do you feel today at work?" Work-related drivers of subjective age in the workplace. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 29(3), 462-476. <https://doi.org/10.1080/1359432X.2020.1724098>
- Gomes, P. B. (2022). Evidências da relação trabalho e transtorno mental no Brasil: uma revisão de escopo. *Pensar Acadêmico*, 20(2), 370-385. <https://doi.org/10.21576/pa.2022v20i2.3012>
- Gonçalves, A. M., Silveira, A. P., & Kimura, P. R. (2015). *O trabalho docente: os objetivos e o papel nas representações sociais dos professores* [Apresentação Oral]. XII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, Curitiba, PR, Brasil. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17345_7631.pdf
- Habtamu, Y., Admasu, K., Tullu, M., & Kebede, A. (2022). Magnitude of common mental disorders and factors associated among people living in Addis Ababa Ethiopia 2018: community based cross-sectional study. *BMC Psychiatry*, 22(160), 2-10. <https://doi.org/10.1186/s12888-022-03783-9>
- Harding, T. W., Arango, M. V., Baltazar, J., Climent, E., Ibrahim, H. H. A., Ladrino-Ignacio, L., Murthy, R. S., & Wig, N. N. (1980). Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. *Psychological Medicine*, 10, 231-241. <https://doi.org/10.1017/s0033291700043993>
- Heyns, M. M., & Kerr, M. D. (2018). Generational differences in workplace motivation. *SA Journal of Human Resource Management*, 16(1), 1-10. <https://doi.org/10.4102/sajhrm.v16i0.967>
- Instituto Butantan. (2022). *Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade?* <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>
- Johnson, S. J., Holdsworth, H. H., & Zapf, D. (2013). Customer stressors in service organizations: the impact of age on stress management and burnout. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 22(3), 318-330. <https://doi.org/10.1080/1359432X.2013.772581>
- Krampe, M. E. D. S., Brambilla, F. R., & Angnes, D. L. (2018). Um estudo comparativo entre gerações X, Y e Z em relação as novas tecnologias e com o e-commerce. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo*, 12(7), 1713-1735. <https://doi.org/10.15210/reat.v12i7.13690>
- Lima, L. S., Rodrigues, G. A., Rosa, M., Bundt, M. C. S., Machado, R. & Machado, L. M. (2020). *Pandemia no contexto escolar: a importância das emoções e da autorregulação emocional* [Apresentação Oral]. I Congresso Internacional de Interfaces da Psicologia, Cachoeira do Sul, RS, Brasil. <https://www.ulbraeds.com.br/index.php/interfaces/articula/view/2906>
- Lirio, A. B., Gallon, S., & Costa, C. (2020). Percepções da qualidade de vida no trabalho nas diferentes gerações. *Gestão & Regionalidade*, 36(107), 201-220. <https://doi.org/10.13037/gr.vol36n107.5398>
- Machado, L. C. (2017). *Rastreamento de transtornos mentais comuns entre os professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20612>
- Machado, L. C., & Limongi, J. E. (2020). Prevalence and factors associated to common mental disorders among municipal teachers in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 17(3), 325-334. <https://doi.org/10.5327/Z1679443520190424>
- Mari, J. J. & Williams, P. (1986). A validity study of a psychiatric screening Questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of São Paulo. *British Journal of Psychiatry*, 148, 23-26. <https://doi.org/10.1192/bjp.148.1.23>
- Melo, M. T., Dias, S. R., & Volpato, A. N. (2020). *Impacto dos fatores relacionados a pandemia de Covid 19 na qualidade de vida dos professores atuantes em SC*. Contexto Digital.
- Neme, G. G. S., & Limongi, J. E. (2019). Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores universitários de uma universidade federal brasileira. *Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, 15(32), 112-120. <https://doi.org/10.14393/Hygeia153249863>
- Novaes, S. (2018, outubro 22-23). *Perfil geracional: um estudo sobre as características das gerações dos veteranos, baby boomers, X, Y, Z e alfa* [Apresentação Oral]. VII Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade - SINGEP, São Paulo, SP, Brasil. <https://singep.org.br/7singep/resultado/428.pdf>
- Oliveira, A. M. B., Vale, A. F. N., Costa, Y. P. D., Santos, N. I. F., & Regis, S. V. C. (2021). *Sofrimento mental dos servidores de uma instituição federal de ensino superior em tempos de pandemia* (Apresentação Oral). XLV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD. Maringá, PR, Brasil. <http://www.anpad.org.br>
- Otten, D., Tibubos, A. N., Schomerus, G., Brähler, E., Binder, H., Kruse, J., Ladwig, K.-H., Wild, P. S., Grabe, H. J., & Beutel, M. E. (2021). Similarities and differences of mental health in women and men: a systematic review of findings in three large German cohorts. *Frontiers in Public Health*, 9, 553071. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.553071>
- Pinho, P. S., Patrão, A. L., Almeida, M. C. C., Griep, R. H., Nunes, M. A., & Aquino, E. M. M. L. (2018). *Gênero e transtornos mentais comuns entre docentes do ensino superior (ELSA-BRASIL)* [Apresentação Oral]. XII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://proceedings.science/saude-coletiva-2018/papers/genero-e-transtornos-mentais-comuns-entre-docentes-do-ensino-superior--elsa-brasil->
- Pinho, P. S., Freitas, A. M. C., Cardoso, M. C. B., Silva, J. S., Reis, L. F., Muniz, C. F. D. & Araújo, T. M. (2021). Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19(3), e00325157. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00325>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2a ed). Feevale.
- Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (4a ed.). Atlas.
- Rocha, S. V., Barbosa, A. R., & Araújo, T. M. (2018). Common mental disorders of health care workers in Bahia state. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, 40. <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v40i1.38398>
- Rondini, C. A., Pedro, K. M., & Duarte, C. S. (2020). Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática docente. *Interfaces Científicas - Educação*, 10(1), 41-57. <https://doi.org/10.17564/2316>
- Salvaro, G. I. J., & Mariano, P. (2021). Saúde mental e trabalhadoras em estudo: contribuições ao debate de gênero. *Psicologia em Estudo*, 26. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.44059>
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia da pesquisa* (5a ed.). Penso.
- Santos, E. C., Espinosa, M. M., & Marcon, S. R. (2020). Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do ensino fundamental. *Acta Paulista de Enfermagem*, 33, 1-8. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0286>
- Santos, E. C., Espinosa, M. M., Marcon, S. R., Reiners, A. A. O., Valim, M. D., & Alves, B. M. M. (2020). Fatores associados à insatisfação com a saúde de professores do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(suppl 5), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0832>
- Santos Júnior, L. C., Gaujac, C., Andrade, R. A. R., & Amaral, R. (2021). Morbidade por problemas mentais: análise de séries temporais no período anterior e durante a pandemia do covid-19. *Research Society and Development*, 10(2), e32910212602. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12602>
- Saraiva, K., Traversini, C., & Lockmann, K. (2020). A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, 15, 1-24. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16289.094>
- Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (2021). PAINEL de professores. <https://sigeduc.rn.gov.br/sigeduc/public/transparencia/pages/ensino/professores.jsf>
- Simões, E. C., & Cardoso, M. R. A. (2022). Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. *Ciência e Saúde Coletiva*, 27(3), 1039-1048. <https://doi.org/10.1590/1413-8123202273.28912020>
- Torkelson, E., & Muhonen T. (2003). Stress and health among women and men in a Swedish telecom company. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 12(2), 171-186. <https://doi.org/10.1080/13594320344000066>
- Vaingankar, J. A., Abdin, E., Chong, S. A., Shafie, S., Sambasivam, R., Zhang, Y. J., Chang, S., Chua, B. Y., Shahwan, S., Jayagurunathan, A., Kwok, K. W. & Subramaniam, M. (2020). The association of mental disorders with perceived social support, and the role of marital status: results from a national cross-sectional survey. *Archives of Public Health*, 78, 108. <https://doi.org/10.1186/s13690-020-00476-1>

- Vasconcelos, S. E., Dias, P. E. B., Bittencourt, H. K., Carvalho, J. P. S. S., Quadros, E. A. S., Viviani, M. M. F., Nunes, A. L. H., & Sampaio, C. E. R. (2020). Impactos de uma pandemia na saúde mental: analisando o efeito causado pelo COVID-19. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 12(12), e5168. <https://doi.org/10.25248/reas.e5168.2020>
- Xiao, C., & Li, Y. (2020). *Analysis on the influence of the epidemic on the education in China* [Apresentação Oral]. International Conference on Big Data and Informatization Education (ICBDIE), Zhangjiajie, China. <https://www.computer.org/csdl/proceedings-article/icbdie/2020/09150164/11PGQbB9pgk>
- Zaniboni, S., Truxillo, D. M., & Fraccaroli, F. (2013). Differential effects of task variety and skill variety on burnout and turnover intentions for older and younger workers. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 22(3), 306-317. <https://doi.org/10.1080/1359432X.2013.782288>

Informações sobre os autores:

Lidiany Freire da Silva

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Av. Francisco Mota, 572, Centro de Ciências Sociais Aplicadas
e Humanas (CSSAH), sala 32, Bairro Costa e Silva
59625-900 Mossoró, RN, Brasil
E-mail: lidianyfreire@hotmail.com

Agostinha Mafalda Barra de Oliveira

E-mail: agostinhamafalda@ufersa.edu.br

Antonio Edson Oliveira Honorato

E-mail: antonio.honorato@ufu.br

Alexandre José de Oliveira

E-mail: alexandreoliveira@ufersa.edu.br